



ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
SECRETARIA DE ESTADO DA
GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO



CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva (redação) é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Segundo a Constituição Federal, se um cidadão brasileiro requerer a um órgão público informação de interesse coletivo ou geral, é correto afirmar que a informação solicitada
- (A) deverá ser prestada, no prazo da lei, não podendo o órgão público recusar a fornecer a informação sob qualquer alegação.
 - (B) poderá ser recusada a ser prestada, sob a alegação de que o cidadão somente tem direito a obter informação de seu interesse particular.
 - (C) deverá ser prestada no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto se for de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (D) será prestada no prazo estabelecido pelo órgão que detém a informação, se o requerente comprovar seu interesse na obtenção.
 - (E) poderá ser recusada a ser fornecida se a informação for relacionada a vencimentos ou proventos de servidores públicos na ativa ou aposentados.
- 02.** Medusa, que é cidadã estrangeira e está morando no Brasil para estudos de pós-graduação, está se sentindo coagida em sua liberdade de locomoção, por abuso de poder. Nessa hipótese, é correto afirmar que Medusa
- (A) terá direito a impetrar mandado de segurança para cessar a coação, mesmo sendo estrangeira.
 - (B) não poderá obter o *habeas corpus* por ser cidadã estrangeira, devendo buscar auxílio jurídico na Embaixada de seu país.
 - (C) terá direito a obter liminar por meio de *habeas data* se for cidadã de país que possua convênio com o Estado brasileiro.
 - (D) poderá buscar um remédio constitucional, mesmo sendo estrangeira, desde que a ameaça de coação venha, de fato, a se concretizar por meio de violência física.
 - (E) poderá obter a concessão de *habeas corpus*, mesmo sendo estrangeira e a ameaça de coação ainda não tenha se concretizado.
- 03.** Quanto ao trabalho do menor de dezoito anos, a Constituição Federal estabelece:
- (A) terá direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - (B) é garantida a irredutibilidade do seu salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
 - (C) não poderá ter a duração do seu trabalho normal superior a quarenta horas semanais.
 - (D) poderá trabalhar na condição de aprendiz, apenas a partir dos dezesseis anos de idade, até atingir a maioridade civil.
 - (E) a lei deverá garantir o percebimento, em seu grau máximo, dos adicionais de periculosidade e insalubridade.
- 04.** Assinale a alternativa que contempla matéria que pode ser objeto de alteração por meio de emenda à Constituição Federal.
- (A) As competências do Poder Judiciário.
 - (B) A forma federativa de Estado.
 - (C) O voto direto, secreto, universal e periódico.
 - (D) A separação dos Poderes.
 - (E) Os direitos e garantias individuais.
- 05.** A respeito da saúde, a Constituição Federal estabelece que as ações e os serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pelos órgãos e instituições estaduais e municipais da administração direta, indireta e fundacional, integram uma rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde organizado no Estado, de acordo, dentre outras, com a seguinte e expressa diretriz:
- (A) atendimento integral, com prioridade para as atividades médicas e assistenciais individualizadas.
 - (B) individualização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural.
 - (C) descentralização política, administrativa e financeira, com direção única em cada esfera de governo.
 - (D) as ações e serviços de saúde serão planejados e executados por equipes médicas e administrativas, sempre com a participação do poder público.
 - (E) participação de entidades sociais sem fins lucrativos e de organizações não governamentais na prestação direta do serviço de saúde.

06. A contratação por concurso público, determinada pela Constituição Federal, contrasta com a tradição patrimonialista, na medida em que permite seleção impessoal daqueles que pretendem trabalhar no setor público. Nesse sentido, assinale a alternativa que se relaciona corretamente com o princípio da impessoalidade.

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (B) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- (C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (D) Os servidores públicos possuem a garantia do direito constitucional à livre associação sindical.
- (E) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

07. Embora a lei seja o parâmetro para as decisões do servidor público, não é capaz de prever todas as situações práticas possíveis e a conduta a ser tomada. Nesses casos, o servidor público deve agir de acordo com o interesse público, realizando juízo de valor. Assinale alternativa que corresponda à denominação do ato administrativo expedido nessas circunstâncias.

- (A) Discricionário.
- (B) Vinculado.
- (C) Solene.
- (D) Legítimo.
- (E) Imperfeito.

08. Determinado órgão público interditou hotel utilizado para a prática de lenocínio. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde à prerrogativa da Administração Pública para a referida interdição.

- (A) Poder hierárquico.
- (B) Princípio da moralidade.
- (C) Poder disciplinar.
- (D) Princípio da legalidade.
- (E) Poder de polícia.

09. Os atos praticados no âmbito do processo administrativo deverão, nos termos da Lei Estadual nº 418/2004,

- (A) ter a firma reconhecida, obrigatoriamente, para que não haja dúvida de autenticidade.
- (B) ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (C) ter suas páginas numeradas sequencialmente, rubricadas pelo servidor responsável e vistas por seu superior hierárquico.
- (D) ser praticados no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo de força maior e se não houver disposição específica.
- (E) ser praticados em qualquer repartição pública, não sendo necessário cientificar o interessado do local de realização.

10. O Regime Disciplinar instituído pela Lei Orgânica da Polícia Civil (Lei Complementar Estadual nº 055/2001) estabelece como dever funcional do policial civil

- (A) acumular cargos públicos, a partir da autorização de seu superior hierárquico, havendo compatibilidade de horários.
- (B) obediência às ordens legais de superiores hierárquicos, podendo questioná-las posteriormente, caso entenda cabível.
- (C) requisitar informações e documentos de entidades públicas e privadas na condução de suas investigações.
- (D) guardar sigilo sobre assuntos da administração e das investigações policiais de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função.
- (E) expedir intimações e determinar, em caso de não comparecimento, a condução coercitiva.

- 11.** A respeito dos crimes sexuais, previstos no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) a circunstância da vítima ser menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (quatorze) qualifica o crime de estupro.
 - (B) o tipo penal do estupro só admite autor homem, muito embora a vítima possa ser homem e mulher.
 - (C) em se tratando de vítima menor de 18 (dezoito) anos, o crime de estupro é processável mediante ação penal pública condicionada.
 - (D) o estupro de vulnerável é a prática de conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com pessoa menor de 18 (dezoito) anos.
 - (E) a prática do crime em coautoria ou com uso de arma de fogo são circunstâncias que aumentam a pena dos crimes sexuais.
- 12.** Sobre os crimes contra a vida, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O aborto praticado por médico não é punido apenas na hipótese em que não há outro meio para salvar a vida da gestante.
 - (B) São consideradas lesão de natureza grave somente as que resultam em incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, perigo de vida e aceleração do parto.
 - (C) No crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou à automutilação, haverá aumento de pena se a vítima, por qualquer causa, tiver a capacidade de resistência diminuída.
 - (D) Matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho, é tipificado como homicídio privilegiado.
 - (E) No crime de feminicídio, a pena é aumentada se praticado contra vítima menor de 14 (quatorze) anos ou maior de 60 (sessenta) anos, gestante ou lactante.
- 13.** A respeito dos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Para fins penais são equiparados a documento público, o testamento particular e os livros mercantis.
 - (B) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra admite a modalidade culposa.
 - (C) O crime de certidão de atestado ideologicamente falso pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo nenhuma qualidade específica ao autor.
 - (D) O agente que usa o documento falsificado é apenado de forma menos grave ao agente que falsificou ou adulterou o documento.
 - (E) O crime de falsidade ideológica somente admite documento público, não sendo possível em documento particular.
- 14.** Considere as alternativas a seguir a respeito de ilicitude e causas de exclusão e assinale a correta.
- (A) Aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade, sendo punido, inclusive, de forma agravada.
 - (B) A legítima defesa somente é admitida para salvaguarda de direito próprio. Se é exercida para salvaguarda de direito alheio, implica redução de pena.
 - (C) O estrito cumprimento de dever legal não exclui a ilicitude, mas pode ensejar perdão da pena.
 - (D) O agente, em estado de necessidade ou legítima defesa, responderá pelo excesso praticado, por dolo ou culpa.
 - (E) A legítima defesa é reconhecida ao agente que, para repelir agressão, ainda que justa, utiliza-se dos meios moderados.
- 15.** A respeito do exame de corpo de delito e perícias em geral, assinale a alternativa correta.
- (A) O exame de corpo de delito somente poderá ser realizado por perito oficial. Demais perícias, na falta de perito oficial, poderão ser realizadas por especialista na área, portador de diploma de curso superior.
 - (B) Para a realização das perícias, é facultada à defesa, ao Ministério Público e ao assistente da acusação, a formulação de quesitos. A indicação de assistente técnico, contudo, é permitida somente à defesa.
 - (C) Nas perícias de laboratórios, parte suficiente do material que serviu de base deverá ser guardada pelos peritos, para novas perícias, se necessárias.
 - (D) O exame que tiver por fim precisar se a lesão corporal oriunda de crime é de natureza grave deverá ser feita logo após a prática do crime.
 - (E) A autópsia jamais será realizada antes que decorridas seis horas do óbito, sendo dispensável nos casos de mortes violentas, bastando o simples exame externo do cadáver.

- 16.** A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na parte que diz respeito a ato infracional, é correto afirmar que
- (A) são medidas socioeducativas a advertência, a liberdade assistida e a internação em estabelecimento educacional. Aplica-se à criança que praticou ato infracional apenas a advertência, sendo as demais medidas destinadas aos adolescentes.
 - (B) a medida de internação somente é aplicável a ato infracional cometido mediante grave ameaça.
 - (C) ao adolescente privado de liberdade é garantido receber visita íntima, semanalmente.
 - (D) a remissão, instituto que implica exclusão do processo, mediante a imposição de uma medida educativa, pode ser concedida, de ofício, pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude.
 - (E) a medida socioeducativa da liberdade assistida tem por finalidade acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, através de pessoa capacitada designada pela autoridade judicial.
- 17.** Sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa correta.
- (A) Define como crime a conduta de descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência nela previstas.
 - (B) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas apenas a requerimento da ofendida ou, em caso de requerimento do Ministério Público, após sua oitiva, vedada a concessão de ofício pelo Juiz.
 - (C) A prisão preventiva do agressor somente é cabível na fase de inquérito policial, podendo ser decretada, de ofício, pelo Juiz.
 - (D) O afastamento do lar, a proibição de aproximação da ofendida e a separação de corpos são medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.
 - (E) Os laudos e prontuários médicos de hospitais e postos de saúde não são admitidos como meios de prova.
- 18.** A respeito da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/99), é correto afirmar que
- (A) é vedada a prisão em flagrante aos crimes de menor potencial ofensivo.
 - (B) o não oferecimento de representação, pela vítima, na audiência preliminar, implica decadência do direito de processar o autor do fato.
 - (C) da rejeição da denúncia ou queixa caberá apelação.
 - (D) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, caberá a suspensão condicional do processo, pelo prazo máximo de dois anos.
 - (E) a citação do acusado será pessoal ou por edital.
- 19.** É considerado hediondo o
- (A) roubo, circunstanciado pelo emprego de arma branca ou de fogo.
 - (B) furto, qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo, que cause perigo comum.
 - (C) crime de posse ou de porte de arma de fogo de uso permitido.
 - (D) crime de organização criminosa voltada à prática de qualquer infração penal.
 - (E) crime de favorecimento à prostituição de adulto.
- 20.** A respeito da Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, é correto afirmar que prevê
- (A) apenas os servidores públicos e membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário textualmente enumerados como sujeitos ativos dos crimes nela estabelecidos.
 - (B) crimes de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação, bem como a ação privada subsidiária.
 - (C) como efeito automático da condenação a perda do cargo, mandato ou da função pública, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
 - (D) como pena restritiva de direitos substitutiva das privativas de liberdade a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, por até seis meses, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens.
 - (E) como crime de violência institucional a conduta de submeter a vítima de crime violento a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência.

MEDICINA PERICIAL

21. Quando a conduta do perito é qualificada como dolosa, poderá ser tipificada como crime. Não pode ser considerado um tipo penal
- (A) falsa perícia.
 - (B) prevaricação.
 - (C) extravio de documento.
 - (D) diferença de diagnóstico entre perícias.
 - (E) corrupção ativa.
22. A descrição mais minuciosa de uma perícia médica a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária frente ao inquérito é chamada de
- (A) notificação médico legal.
 - (B) parecer médico legal.
 - (C) depoimento médico legal.
 - (D) declaração médico legal.
 - (E) relatório médico legal.
23. No Brasil, os estudos da Medicina Legal iniciaram-se tardiamente em relação à Europa. No fim da era colonial, apareceram os primeiros documentos médico-legais no país. A primeira publicação médico-legal no Brasil data de 1814. Nessa mesma época, inicia-se o ensino prático da disciplina. O médico que à época foi o principal envolvido das ações citadas foi
- (A) Souza Lima.
 - (B) Afrânio Peixoto.
 - (C) Oscar Freire.
 - (D) Flamínio Fávero.
 - (E) Nina Rodrigues.
24. A Lei nº 12.030 de 2009 dispõe sobre as perícias oficiais de natureza criminal, estabelecendo normas gerais para essas perícias. Dentre essas normas, é correto afirmar que
- (A) assegura que os peritos oficiais são os médicos legistas, peritos criminais e odonto-legistas.
 - (B) assegura a autonomia pericial técnica, científica e funcional.
 - (C) assegura que qualquer médico pode ser perito oficial, independentemente de concurso público.
 - (D) exige formação acadêmica específica para o exercício da medicina legal *ad hoc*.
 - (E) assegura que os peritos médicos oficiais são os médicos legistas e odonto-legistas.

25. O sinal de Werkgaertner representa qual tipo de lesão e qual o agente ou instrumento envolvido nessa lesão?
- (A) Ferimento de entrada de projétil de arma de fogo em tiro à curta distância – agente perfurante.
 - (B) Ferimento de entrada de projétil de arma de fogo em tiro encostado – agente perfurocontundente.
 - (C) Ferimento de saída de projétil de arma de fogo – agente contundente.
 - (D) Orla de escoriação em ferimentos por projétil de arma de fogo – agente perfurocortante.
 - (E) Halo de enxugo em ferimentos de saída de projétil de arma de fogo – agente perfurocontundente.
26. Cadáver encaminhado ao IML encontrado envolvido em pneus e amarrado a cordas, com sinais de carbonização. Durante a necropsia, observam-se algumas regiões com pele ainda íntegra na região das nádegas, e na região genital observam-se diversas lesões em formatos circulares, que têm diâmetros compatíveis com queimaduras por cigarros. Aberta a região cervical e em seguida a traqueia, onde visualiza-se a presença de fuligem em sua luz.
- Considerando os achados descritos, qual o nome do sinal para encontro de fuligem na traqueia, e que tipo de crime pode ser configurado?
- (A) Sinal de Benassi – crime de tortura.
 - (B) Sinal de Janesie-Jeliac – homicídio qualificado.
 - (C) Sinal de Montalti – crime de tortura.
 - (D) Sinal de Hoffman – crime de tortura.
 - (E) Sinal de Christinson – homicídio qualificado.
27. O Sinal de Lichtenberg encontrado em cadáveres corresponde a
- (A) lesões provenientes de eletricidade cósmica.
 - (B) orifício de entrada de projétil de arma de fogo em crânio.
 - (C) lesão característica de geladuras.
 - (D) explosão timpânica nos barotraumas.
 - (E) lesão característica da intermação.

28. Quando se avaliam as lesões corporais à luz do art. 129 do Código Penal, um periciado, vítima de acidente de trânsito, ao passar por perícia, apresenta imobilização axilo-palmar em membro superior esquerdo, e atestado para afastamento de atividades laborais por 14 dias, devido à fratura supracondiliana do úmero, tratada cirurgicamente e com indicação de retorno em uma semana.

Após análise da documentação (radiografias, atestado e histórico), o médico legista deve

- (A) emitir laudo como lesão leve.
- (B) emitir laudo como lesão gravíssima.
- (C) encaminhar o examinado para avaliação junto ao médico do trabalho.
- (D) encaminhar o examinado para exame complementar em 30 dias.
- (E) emitir laudo como lesão leve e encaminhar o examinado para exame complementar em uma semana.

ANTROPOLOGIA FORENSE

29. A antropologia forense cuida da avaliação e identificação do perfil biológico, visando o estabelecimento da identidade de um determinado indivíduo. Nesse processo, se faz necessária a identificação do sexo, podendo utilizar técnicas métricas e não métricas.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um aspecto utilizado para distinguir o sexo masculino do feminino.

- (A) Tuberosidade da tíbia.
- (B) Superfície articular da 3ª costela.
- (C) Fusão do corpo sacral.
- (D) Ângulo facial.
- (E) Ângulo subpúbico.

30. São fundamentos técnicos para que um método de identificação seja considerado aceitável:

- (A) confinidade, contiguidade, perenidade.
- (B) legibilidade, classificabilidade, contiguidade.
- (C) perenidade, imutabilidade, unicidade.
- (D) unicidade, contiguidade, legibilidade.
- (E) confinidade, perenidade, legibilidade.

31. Qual é o documento exarado pelo médico-legista após a exumação?

- (A) Declaração de exumação.
- (B) Laudo de exumação.
- (C) Auto de exumação.
- (D) Notificação de exumação.
- (E) Atestado de exumação.

32. A atuação da antropologia forense frente à ocorrência de desastres em massa segue um comemorativo de atitudes e desencadeamento de ações que se iniciam no momento em que se tem ciência do fato. Considerando os exames de cadáveres oriundos de desastres em massa, consoantes com a Declaração de Estocolmo, sobre a ética médica nos desastres em massa, pode-se afirmar sobre a ação dos médicos legistas:

- (A) restringe-se ao exame das vítimas, bem como o estabelecimento da identificação e estabelecimento da causa da morte.
- (B) abrange o estabelecimento da identidade das vítimas, considerando apenas os estados de degradação, sem levar necessariamente em consideração os preceitos de treinamento sobre o atendimento às vítimas vivas.
- (C) restringe-se ao exame das vítimas, bem como ao estabelecimento da identificação e da causa da morte, mantendo distanciamento dos familiares para a objetividade do exame.
- (D) abrange o estabelecimento da identidade das vítimas, bem como o estabelecimento da causa morte, respeitando as crenças, ritos e religiões das vítimas, agindo com toda imparcialidade.
- (E) restringe-se ao exame das vítimas, bem como ao estabelecimento da identificação e da causa da morte, sendo o processo de identificação preconizado o fotográfico, com sobreposição de imagens.

TANATOLOGIA FORENSE

33. Para a constatação da morte, é necessária a observação dos fenômenos que surgem no corpo a partir dela. Dentre esses fenômenos, tem-se os fenômenos abióticos imediatos, os fenômenos abióticos consecutivos e os fenômenos transformativos. Sabendo disso, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, um fenômeno transformativo, um fenômeno abiótico imediato e um fenômeno abiótico consecutivo.

- (A) Abolição do tônus muscular, autólise, decréscimo de peso.
- (B) Maceração, cessação da atividade cerebral, esfriamento cadavérico.
- (C) Saponificação, *livor mortis*, cessação da respiração.
- (D) Mumificação, calcificação, rigidez cadavérica.
- (E) Espasmo cadavérico, abolição da motilidade, putrefação.

34. Uma senhora com 94 anos de idade, com antecedentes de hipertensão arterial sistêmica, diabetes *mellitus* e câncer de mama, operada há 20 anos, sem remissão. A paciente tem histórico de quedas de sua própria altura em seu apartamento e de encaminhamento ao hospital. Em uma das quedas, ao ser encaminhada ao hospital, diagnosticou-se uma fratura transtrocantérica do fêmur esquerdo, sendo indicada cirurgia com colocação de placa e parafuso deslizante (DHS). Paciente evoluiu bem durante o ato cirúrgico, no entanto, durante a internação e, no decorrer do tratamento, que se prolongou devido a uma deiscência de sutura, desenvolveu sepse, que, por fim, ocasionou o seu óbito.

A correta conduta frente a esse óbito é:

- (A) o preenchimento da declaração de óbito.
- (B) a realização da autópsia verbal no hospital e posterior preenchimento da declaração de óbito.
- (C) encaminhamento ao Serviço de Verificação de Óbitos (SVO).
- (D) a realização da necrópsia clínica no hospital e posterior encaminhamento ao Instituto Médico-Legal.
- (E) o encaminhamento ao Instituto Médico-Legal.

35. Cadáver encontrado em residência é encaminhado ao Instituto Médico-Legal como morte suspeita. Ao examinar externamente o cadáver, o médico legista verifica a presença de mancha verde abdominal, início de flacidez, distensão abdominal, circulação póstuma de Brouardel, e formação de bolhas com destacamento da epiderme.

Considerando os achados descritos, pode-se afirmar que esse cadáver se encontra em putrefação e que seu tempo de morte aproximado é de

- (A) 6 a 18 horas.
- (B) 12 a 24 horas.
- (C) 16 a 24 horas.
- (D) 24 a 48 horas.
- (E) 72 a 96 horas.

36. O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

37. A tanatologia médico-legal é parte da Medicina Legal que estuda a morte e o morto, bem como as suas repercussões na esfera jurídico-social. Sabendo disso, assinale a alternativa que apresenta corretamente diagnósticos diferentes de causas jurídicas da morte violenta.

- (A) Esganadura, enforcamento, traumatismo crânio-encefálico.
- (B) Acidente vascular cerebral isquêmico, enforcamento, hemorragia externa aguda secundária a ferimento por arma de fogo.
- (C) Infarto agudo do miocárdio, esganadura, tromboembolia pulmonar.
- (D) Silicose, esganadura, tuberculose.
- (E) Hemossiderose, silicose, teratologia de Fallot.

TOXICOLOGIA FORENSE

38. Quanto à classificação das drogas psicotrópicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Psicodislépticos são as drogas depressoras do sistema nervoso central.
- (B) Psicoanalépticos são as drogas alucinógenas.
- (C) Psicolépticos são drogas estimuladoras do sistema nervoso central.
- (D) Psicodislépticos são as drogas alucinógenas.
- (E) Psicomiméticos são as drogas estimuladoras do sistema nervoso central.

39. Um criminoso antes da prática do delito resolve se embriagar com álcool etílico a fim de adquirir coragem para a prática criminosa. Esse tipo de embriaguez é chamada de

- (A) patológica.
- (B) preterdolosa.
- (C) preordenada.
- (D) fortuita.
- (E) culposa.

40. Quanto ao exame de embriaguez alcoólica, um periciado é levado ao IML após ter se envolvido em acidente de trânsito. Durante o exame clínico, apresenta-se sonolento, com dificuldade e sem coordenação da fala, com olhos vermelhos, hálito acentuadamente etílico e nega-se a realizar a coleta de sangue para dosagem alcoólica. O laudo do exame de verificação de embriaguez deve constar que o paciente está

- (A) alcoolizado.
- (B) completamente embriagado.
- (C) indeterminado.
- (D) com alteração neurológica.
- (E) com exame de embriaguez não realizado.

41. A cocaína é um alcaloide extraído de um arbusto chamado *Erythroxylon coca*, que é nativo da região Andina, local onde tem utilizações diversas do uso como droga de abuso. A esse alcaloide dá-se o nome de benzoilmetilecgonina, que mais tarde é transformado em cloridrato de cocaína, sua forma de uso habitual como droga de abuso.

Considerando as formas de uso da cocaína, qual apresenta maior capacidade de desenvolvimento de dependência?

- (A) Via oral.
- (B) Via intranasal.
- (C) Via inalatória (fumada).
- (D) Via cutânea.
- (E) Via endovenosa.

42. A Lei nº 11.705 de junho de 2008, também conhecida como Lei Seca, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), sofreu sua última modificação em 2016. Segundo os ditames dessa Lei, a quantidade máxima de álcool etílico, que exibida no teste do etilômetro, isenta o motorista de sanções, é de 0,04 mg/L, uma vez que esta é a margem de tolerância estabelecida pelo INMETRO.

Considerando essa informação, diante de um valor igual ou superior a 0,01 mg/L, já descontado o limite de tolerância, estará o motorista sujeito a sanções administrativas quando submetido ao etilômetro, a partir do seguinte valor apresentado:

- (A) 0,00.
- (B) 0,05.
- (C) 0,34.
- (D) 0,40.
- (E) 0,015.

GENÉTICA FORENSE

43. A respeito da utilidade do exame de DNA na resolução de crimes, pode-se afirmar que seu uso é de extrema relevância na

- (A) confirmação de identificação datiloscópica.
- (B) identificação de pessoas cujos familiares não são conhecidos.
- (C) identificação de pessoas em desastres em massa.
- (D) identificação das vítimas de crimes.
- (E) identificação de criminosos.

44. Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.654, que regulamenta a coleta e armazenamento do material biológico de criminosos, e também relaciona os crimes determinantes para que os perfis de DNA destes sejam adicionados ao Banco Nacional de Perfis Genéticos. Assinale a alternativa que apresenta somente crimes passíveis de inclusão no Banco Nacional de Perfis Genéticos.

- (A) Lesão corporal gravíssima, extorsão mediante sequestro, crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- (B) Infanticídio, homicídio qualificado, estupro de vulneráveis.
- (C) Favorecimento da prostituição, homicídios quando praticados em grupos de extermínio, infanticídio.
- (D) Roubo quando há restrição de liberdade da vítima, crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, roubo com uso de explosivos.
- (E) Furto com uso de explosivos, infanticídio, roubo resultando lesão corporal grave.

45. A identificação humana por DNA é realizada por meio da análise de STRs (*short tandem repeats*), que são sequências de DNA constituídas por repetições de uma unidade de dois a seis nucleotídeos, arranjados consecutivamente, gerando repetições *in tandem*. Tais unidades são específicas para cada *locus*, com variável número de repetições, que geram diferentes alelos. Os STRs na prática forense devem apresentar as seguintes características:

- (A) altamente discriminatórios; possuir alelos facilmente identificáveis; análise replicável em diferentes materiais genéticos; geração de muitos fragmentos inespecíficos durante o processo de amplificação; compatibilidade com amplificação multiplex.
- (B) altamente discriminatórios; possuir alelos facilmente identificáveis; análise replicável em diferentes materiais genéticos; geração de poucos fragmentos inespecíficos durante o processo de amplificação; compatibilidade com amplificação multiplex.
- (C) pouco discriminatórios; possuir alelos facilmente identificáveis; análise replicável em diferentes materiais genéticos; geração de muitos fragmentos inespecíficos durante o processo de amplificação; compatibilidade com amplificação multiplex.
- (D) pouco discriminatórios; possuir alelos facilmente identificáveis; análise replicável em diferentes materiais genéticos; geração de poucos fragmentos inespecíficos durante o processo de amplificação; compatibilidade com amplificação multiplex.
- (E) altamente discriminatórios; possuir alelos facilmente identificáveis; análise replicável em materiais genéticos semelhantes; geração de muitos fragmentos inespecíficos durante o processo de amplificação; compatibilidade com amplificação multiplex.

46. Na investigação de paternidade, é sabido que cada indivíduo apresenta um alelo herdado do pai e um alelo herdado da mãe. Dessa forma identificar-se-ão dois tipos de repetições para cada STR analisado. Esse método proporciona uma grande eficácia na detecção e distinção das diferenças no genoma humano.

Quanto ao poder de exclusão de paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) É a probabilidade de um determinado *locus* de excluir a maternidade.
- (B) É a probabilidade de um determinado *locus* de incluir a maternidade.
- (C) É a probabilidade de um determinado *locus* de aumentar a possibilidade de *match*.
- (D) É a probabilidade de um determinado *locus* de excluir a paternidade.
- (E) É a probabilidade de um determinado *locus* de incluir a paternidade.

SEXOLOGIA FORENSE

47. Durante o nascimento, a genitora em estado puerperal mata o conceito com a ajuda de seu companheiro logo após o nascimento. Considerando que houve a constatação de vida extrauterina e o que rege o Código Penal Brasileiro, a genitora e o seu companheiro responderão, respectivamente, pelos crimes de

- (A) infanticídio e lesão corporal grave.
- (B) homicídio simples e lesão corporal grave.
- (C) infanticídio e homicídio simples.
- (D) infanticídio e fratricídio.
- (E) infanticídio e homicídio qualificado.

48. Mulher de 30 anos de idade foi estuprada por indivíduo desconhecido e, transcorridos dois meses do fato, descobre que está grávida do agressor. Decide, então, interromper a gravidez. A esse tipo de aborto, dá-se o nome de aborto

- (A) terapêutico.
- (B) social.
- (C) eugênico.
- (D) criminoso.
- (E) sentimental.

49. A violência sexual pode ser definida como qualquer ato ou contato sexual em que a vítima é usada para a satisfação sexual de seu agressor sem seu consentimento, com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou aproveitamento de situação de vulnerabilidade. Dentre esses crimes, o crime de estupro é o mais prevalente. Durante o exame sexológico para constatação de conjunção carnal em um estupro, coleta-se material das cavidades oral, vaginal e anal, que ao serem analisados têm como padrão-ouro para a constatação de conjunção carnal

- (A) prova de PSA positiva.
- (B) encontro de espermatozoides.
- (C) positividade do reativo de Florence.
- (D) positividade do reativo de barbério.
- (E) positividade para detecção pela lâmpada de Wood.

50. A perícia sexológica forense está intimamente ligada aos Crimes contra a Dignidade Sexual. Considerando esse fato e o que rege a Lei nº 12.015/2009, um adolescente com 14 anos completos chega para exame sexológico, afirmando que manteve relações sexuais com uma mulher de 35 anos de idade, contra sua vontade, mediante ameaça com o que ele julgou ser uma arma de fogo.

A tipificação penal a qual essa mulher está sujeita é:

- (A) estupro de vulnerável.
- (B) ato libidinoso.
- (C) estupro.
- (D) corrupção de menores.
- (E) violação sexual mediante fraude.

51. Durante a perícia sexológica forense é de suma importância o exame da genitália externa, quando a examinada é do sexo feminino, importando a classificação himenal. Assinale a alternativa correta quanto a essa classificação.

- (A) Himens cribiformes são os que apresentam a membrana crivada por várias aberturas regulares e irregulares.
- (B) Himens acomissurados anulares são os himens fenestrados com um grande orifício e outro pequeno.
- (C) Himens helicoidais são os que se apresentam com septos transversais, longitudinais ou oblíquos delimitando dois orifícios.
- (D) Himens semilunares são os que apresentam membrana cuja abertura é em forma de crescente.
- (E) Himens fenestrados são os que apresentam a membrana em forma de flor.

52. Quanto à psicopatologia forense, pode-se afirmar que estuda

- (A) os limites e modificadores anormais da responsabilidade e da capacidade, bem como os problemas relacionados com esses assuntos.
- (B) os limites normais relacionados a doenças mentais quando ocasionados na infância.
- (C) os transtornos mentais e suas implicações clínicas.
- (D) a responsabilidade penal e civil, bem como os problemas relacionados com as doenças mentais, causadas por acidentes.
- (E) as doenças relacionadas no código de processo penal e suas implicações cíveis e trabalhistas.

53. A esquizofrenia é um transtorno mental grave que afeta cerca de 23 milhões de pessoas em todo o mundo. Caracterizada por distorções do pensamento, percepção, emoções, linguagem, consciência do “eu” e comportamento. Durante a avaliação de um primeiro episódio psicótico de início recente, são considerados diagnósticos diferenciais:

- (A) hematoma subdural e antracnose.
- (B) lúpus eritematoso disseminado e tuberculose.
- (C) endometriose e fibrodisplasia.
- (D) sífilis e epilepsia parcial complexa.
- (E) aids e tuberculose.

54. Quanto à imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pessoa é passível de imputabilidade a partir dos 16 anos de idade, desde que haja concessão dos pais, ou de um deles na falta de outro, mediante instrumento público, que independe de homologação judicial.
- (B) A imputabilidade penal pode ocorrer aos 16 anos de idade mediante casamento, colação de grau em curso superior ou pelo exercício de emprego público efetivo.
- (C) Toda pessoa é passível de imputabilidade a partir dos 18 anos completos.
- (D) Toda pessoa é passível de imputabilidade a partir dos 21 anos completos.
- (E) Toda pessoa é passível de imputabilidade a partir dos 16 anos completos.

55. Segundo a Lei nº 7.209/1984 que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal não são excluídos de imputabilidade penal:

- (A) doença mental.
- (B) desenvolvimento mental incompleto.
- (C) emoção ou paixão.
- (D) demência.
- (E) transtorno mental orgânico.

56. No sistema prisional ou penitenciário, lida-se muitas vezes com a personalidade e o comportamento de agressores diagnosticados como psicopatas, fato este que acaba por diferenciá-los dos demais criminosos, por diversos aspectos. Os sujeitos diagnosticados como psicopatas são minoria, no entanto, são responsáveis por cerca de 50% dos crimes violentos que são cometidos. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) criou o cumprimento progressivo da pena (regime fechado; semiaberto e aberto). A liberação de tais indivíduos para a sociedade é uma medida de extrema responsabilidade e, por isso, criou-se então o PCL-R (*Psychopathy Checklist Revised*), projetado com o propósito de que, de maneira segura e objetiva, possa avaliar a concessão ou não de tais benefícios a esses indivíduos.

Considerando o PCL-R, são critérios utilizados que, quando presentes, corroboram com o diagnóstico de psicopatia:

- (A) existência de empatia e controle comportamental.
- (B) mentira patológica e sentimentos afetivos superficiais.
- (C) delinquência juvenil e relações afetivas duradouras.
- (D) sentimentos afetivos intensos e relações afetivas duradouras.
- (E) sentimentos afetivos intensos e presença de remorso ou culpa.

57. Quanto aos acidentes de trabalho, pode-se afirmar que a perícia do acidentado deve ser minuciosa e

- (A) esclarecer a causa e natureza do acidente, afastando as possibilidades de simulação e avaliando o grau de incapacidade, sem que haja necessidade de estabelecimento do nexos de causalidade.
- (B) estabelecer a natureza do acidente, criando o nexos de causalidade, ainda que não haja possibilidade de estabelecimento do grau de incapacidade.
- (C) esclarecer a causa e natureza do acidente, concluindo pelo nexos de causa e efeito, afastando as possibilidades de simulação, metassimulação e dissimulação e avaliando o grau de incapacidade.
- (D) estabelecer o nexos de causa e efeito, sendo facultado o estabelecimento e a avaliação do grau de incapacidade, bem como o esclarecimento de causa e efeito do acidente.
- (E) atentar exclusivamente à exclusão da possibilidade de simulação, metassimulação e dissimulação dos sinais e sintomas apresentados pelo acidentado.

58. Considerada a mais comum entre as motivações de ações administrativas, cíveis e trabalhistas, a síndrome do túnel do carpo é caracterizada por alterações funcionais sensitivas ou motoras causadas pela compressão do nervo mediano no local de sua passagem pelo canal osteofibroso da região ventral do punho. Durante a perícia, no exame clínico, são testes ou manobras que indicam tal doença:

- (A) teste de Tinel e manobra de Spurling.
- (B) manobra de Apley e teste de estiramento do nervo mediano.
- (C) teste de Phalen e manobra de Lasègue.
- (D) manobra de Spurling e teste de Burns.
- (E) teste de Tinel e teste de Phalen.

59. Em infortunística acidentária, adota-se a doutrina do risco profissional. Entende-se por risco genérico aquele

- (A) que incide sobre todas as pessoas, quaisquer que sejam suas atividades ou ocupações.
- (B) a que está sujeito determinado obreiro, por força do trabalho que exerce.
- (C) a que está sujeito o trabalhador, determinado pelas peculiaridades do trabalho ou das condições em que este é executado.
- (D) que incide sobre todas as pessoas, as quais exercem determinado tipo de trabalho.
- (E) a que está sujeito todos os profissionais que exercem trabalhos na indústria, excluindo os trabalhadores de áreas administrativas.

60. Qual doença relacionada ao trabalho pode ser avaliada, durante uma perícia, utilizando-se o teste de Jobe e o teste de Neer?

- (A) Otite barotraumática.
- (B) Síndrome do impacto do ombro.
- (C) Fibromatose da fáscia palmar.
- (D) Neurite óptica.
- (E) Saturnismo.

REDAÇÃO

TEXTO 1

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção, a proteção, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a manutenção da saúde e a redução de danos com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção do SUS.

No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas. Há diversas estratégias governamentais relacionadas, sendo uma delas a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades de Saúde da Família (USF), por exemplo. Consultas, exames, vacinas, radiografias e outros procedimentos são disponibilizados aos usuários nas USF.

(“O que é Atenção Primária?”. <https://aps.saude.gov.br>. Adaptado)

TEXTO 2

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem como um de seus papéis trazer o homem para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o objetivo de estimular a sua participação em ações de promoção e educação em saúde, ao fornecer orientações específicas e também fazer um atendimento preventivo para essa população. A finalidade dessas ações é tanto a prevenção de doenças que são próprias do gênero masculino como também a aproximação desses usuários da equipe de saúde e dos serviços oferecidos por ela.

Contudo, a procura por atendimento na rede pública de saúde pelo gênero masculino é menos frequente, quando comparada à do público feminino. Alguns fatores contribuem para tal comportamento, como cultura e crença. Quando se fala do sexo masculino, cria-se um rótulo de que homens possuem mais força e vitalidade, o que os leva a negligenciarem o autocuidado e automaticamente recusarem serviços de saúde, principalmente da atenção básica. Certamente a concretização e a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde do sexo masculino representam uma condição indispensável para a mudança no atual perfil de saúde do homem.

(Sadiomar de Almeida Barros *et al.* “Panorama sobre a saúde do homem na atenção primária: uma revisão sistemática”. <https://sseditora.com.br>, 2021. Adaptado)

TEXTO 3

Os homens morrem mais cedo e, em relação às mulheres, são mais negligentes nos cuidados relacionados à saúde. Durante a pandemia, eles estão ainda mais afastados dos consultórios médicos. Pesquisa da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) mostra que 55% dos entrevistados acima de 40 anos deixaram de fazer alguma consulta ou tratamento médico em função da pandemia da covid-19.

Na visão do psicólogo Rolf Regehr, servidor do Senado Federal e pesquisador na área de saúde masculina, a resistência natural dos homens a procurar a ajuda de médicos acontece pelo mito da infalibilidade masculina, ainda bem presente na sociedade: “Ir ao médico é uma situação em que se corre o risco de se ver frágil. O diagnóstico pode destruir a impressão de invencibilidade, tanto que muitos homens relatam que só procuram médicos por insistência de uma mulher, seja a esposa, a mãe ou a filha”. Ao citar dados do Sistema Único de Saúde (SUS), Regehr diz que a falta de acompanhamento da saúde leva a complicações, e a consequência é que a maioria das pessoas internadas são homens – desconsideradas as internações por parto/puerpério –, além do fato de que a mortalidade masculina em internações também é maior, especialmente por causa das doenças cardíacas.

(“Homens cuidam menos da própria saúde”. <https://www12.senado.leg.br>, 13.11.2020. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

SAÚDE DOS HOMENS: ENTRE A NEGLIGÊNCIA MASCULINA E AS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

